

## O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR

Elizângela do Rocio Klug<sup>1</sup>  
Lucinéia R. Ferreira<sup>2</sup>  
Co-autora: Janine Gross<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo “O Pedagogo e a Educação Não-Escolar” aborda a educação demonstrando a sua intencionalidade e não neutralidade, articulando a temática com o trabalho do Pedagogo que, por meio do seu comprometimento com mudanças sociais, pode/deve colaborar com a construção da formação dos sujeitos para cidadania. Esse processo envolve uma reflexão sistemática, mediante os seus objetivos, os quais refletem no conjunto da sociedade. Logo, a educação deve representar a construção da verdadeira consciência, para tanto, o Pedagogo, atuando em espaços não-escolares, tem a possibilidade de atuar de modo a fundamentar a educação sobre concepções que se efetivem na transformação social, visando à construção da formação de sujeitos conscientes. Tal conduta pressupõe uma concepção crítica de educação, analisando a formação histórica da sociedade e intervindo sobre novas perspectivas sociais.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação. Pedagogo. Contextos Não-Escolares.

### ABSTRACT

The article "The Pedagogue and the Non-School Education" covers education demonstrating their intent and not neutrality, linking the subject with the work of the educator, who through their commitment to social change, can and should collaborate with the construction of training of individuals for citizenship. This process involves a systematic reflection upon their goals, which reflect the whole of society. Therefore education should represent the construction of true awareness, for both the pedagogue acting in non-school is able to act so as to support education on concepts that become effective in social change, aiming to build the formation of conscious subjects. Such conduct, requires a critical approach to education, analyzing the historical formation of society and taking action on new social perspectives.

**KEY WORDS:** Education, Pedagogue, Non - School.

---

<sup>1</sup> Acadêmica da Faculdade UniBrasil - Klug\_elizangela@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica da Faculdade UniBrasil - Luciaferreira07@hotmail.com

<sup>3</sup> [professorajanine@yahoo.com.br](mailto:professorajanine@yahoo.com.br) Mestre em Educação pela PUC-PR. Professora das Faculdades do Brasil- Unibrasil.

## INTRODUÇÃO

O tema escolhido despertou o interesse das pesquisadoras desde o primeiro ano acadêmico, pois sentiam necessidade de conhecer a amplitude do trabalho do Pedagogo e de como essa atuação pode colaborar nas transformações sociais, construindo em diferentes espaços educativos a possibilidade de emancipação dos sujeitos. Durante todo o período da graduação falou-se muito na educação escolar, contudo, houve interesse de sair desse âmbito e abranger novas perspectivas, avaliando todo o contexto social.

Nesse sentido, a pesquisa realizada abordou o assunto tendo por finalidade discutir a intencionalidade da educação não-escolar e a atuação do Pedagogo nesse contexto, analisando e identificando essa relação, evidenciando o processo educativo.

Desse modo, a discussão sobre o tema da educação não-escolar traz novas possibilidades de se pensar o papel da educação na sociedade. “A educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária” (GOHN, 1999, p.07). Logo, como deve/pode ser a atuação do Pedagogo na educação não-escolar?

A esse propósito, a metodologia que envolveu pesquisa bibliográfica e de campo desenvolve-se por meio de leituras de livros, revistas, artigos, jornais. A pesquisa de campo se concretizou no Movimento Social “Rede de Mulheres Negras - PR”, por meio de entrevista não estruturada e observação participativa, servindo de instrumento de coleta de informações, estabelecendo o diálogo entre a teoria e a prática na educação não-escolar.

Diante dessas perspectivas, o presente artigo pretende ressaltar o papel da educação na sociedade, vinculando-o com a atuação do Pedagogo. Assim, esta pesquisa está dividida em três partes, as quais orientam as discussões sobre o tema. Primeiramente, desenvolvemos uma análise sobre a educação, enfatizando-a como ato político, analisando os seus objetivos. Destacou-se a educação escolar e seus entraves, a educação não-escolar e suas características, como a sua intencionalidade e não obrigatoriedade. Posteriormente, discute-se o envolvimento do Pedagogo no cenário da

educação e as expectativas mediante a sua atuação. Na sequência finaliza-se com a pesquisa de campo e considerações.

Dessa forma, pretende-se construir uma formação pedagógica crítica, analisando a atuação do Pedagogo na educação, contribuindo com a aprendizagem, desenvolvimento pessoal e profissional.

## 1. EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL

No decorrer da pesquisa e também da graduação das pesquisadoras, pôde-se constatar como o ato educativo é altamente político, no sentido de intervir para se obter resultados desejados. Assim, ao se analisar diante de uma concepção mais crítica, começa-se a visualizar interesses políticos e ideológicos que contribuem com a reprodução dos interesses da classe burguesa.

As leituras pertinentes propiciaram um pensar mais abrangente sobre o ato educativo, compreendendo que a educação pode ser um ato de transformar ou somente reproduzir.

A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos (LUCKESI, p.30, 1991).

Nesse sentido, os profissionais que trabalham com o processo educativo, seja ele dentro de um estabelecimento escolar ou não-escolar, precisam perceber que o seu modo de conduzir tal processo pode delimitar pontos determinantes para os rumos da sociedade. Nessa perspectiva, a construção crítica, na formação profissional, possibilitará uma fundamentação mais consistente e articulada com práticas favoráveis à transformação social.

Quando se fala em construir um olhar mais crítico sobre os problemas existentes na sociedade, é necessário pensar, primeiramente, como surgem tais problemas, senão corre-se o risco de apenas continuar o processo de manutenção aos interesses da classe burguesa. Não se estará contribuindo para a transformação e superação dos problemas.

A educação fora do ambiente escolar pode representar uma grande possibilidade de inovação pedagógica, propiciando práticas que colaborem com a emancipação dos sujeitos.

O ser humano se construiu desta sociedade concreta e, por isso, sofre as suas interferências. A personalidade humana é contraditória como contraditória é a sociedade. Possui a dimensão ativa, criadora, renovadora, assim como a dimensão estática e reprodutora. O ser humano não é o que ele diz de si mesmo, mas aquilo que as condições objetivas da história possibilitam que ele seja (LUCKESI, p.113, 1991).

Partindo dessa afirmação, compreende-se a importância de se construir um ambiente educativo que estabeleça com os sujeitos condições que favoreçam sua participação ativa e transformadora na sociedade. Entende-se que as pessoas, por viverem anos de suas vidas apenas reproduzindo condutas impostas por uma classe detentora do poder, sintam dificuldade em tornarem-se autônomas, criativas, permanecendo na maioria das vezes estáticas na sociedade.

Estando a educação ligada a todas as ações da sociedade, ela pode manipular e moldar as pessoas a atenderem interesses da classe dominante. Assim, as pessoas reproduzem conceitos e práticas sem ao menos entender e compreender os reais motivos.

A prática da educação escolar leva a refletir, por exemplo, sobre a hierarquia tão presente nesse espaço. Espaço que passa a ser construído e moldado para atender expectativas que vão além dos muros escolares. A intenção é clara: obediência e submissão. Afinal, essa será a regra fora do estabelecimento de ensino. A burguesia no poder ditando as regras e a classe dominada sendo cada vez mais oprimida.

A burguesia não tem interesse em abrir possibilidades para que o povo expresse o que quer aprender, é mais fácil determinar o que ela quer “ensinar”. Assim, começa-se desde muito cedo, ao invés de formar cidadãos conscientes e críticos, a se instruir peças que serão futuramente utilizadas de acordo com os seus interesses.

Talvez, esse seja um dos motivos da desvalorização da educação existente fora do ambiente escolar. Existe, sim, preconceito, inferiorização e

marginalização às práticas educativas que acontecem fora do modelo pré-estabelecido como o mais “adequado”.

Na educação escolar, a individualidade, a competitividade e a hierarquia são, de fato, muito evidentes. Essas características serão utilizadas e visualizadas posteriormente no mercado de trabalho, no qual as regras são as mesmas. Percebe-se que, para uma sociedade capitalista, a ideia é instruir pessoas e não formá-las.

Por outro lado, a educação não-escolar é caracterizada como sendo coletiva, pouco hierárquica, atendendo aos interesses da comunidade. A ideia é formar sujeitos que possam compreender a sociedade na qual vivem, sentindo-se capazes de transformar a sua realidade. Que possam participar, falar, pensar, enfim, se expressar conforme a sua cultura. Cultura essa que deve ser valorizada e potencializada.

Ao possibilitar que as pessoas consigam ter acesso de fato a uma educação, que os reconheça e os faça sentir parte da sociedade, propiciando um processo de ensino-aprendizagem capaz de clarear pensamentos até então mantidos na escuridão, adormecidos, e que talvez nunca fossem despertar à realidade, isso faz com que tal processo não seja valorizado, e muito menos reconhecido. Para que darmos “armas” ao povo? Ou seja, o conhecimento é tido pela burguesia como um “instrumento”, o qual, dependendo de como seja utilizado, pode vir a fazê-los perderem o “poder”. “Para o estrategista político, o problema não estaria em saber o que pensa um grupo, mas quais as mudanças suscetíveis de se produzirem na sua consciência” (GOHN, 1999, p. 25).

A estrutura política vai se consolidando, partindo de estratégias que podem ser utilizadas como meio para reprimir os sujeitos, não permitindo que possam lutar por mudanças, utilizam-se de diferentes mecanismos para manter a “ordem” social.

Sob uma diferente concepção política<sup>4</sup>, pode-se ainda construir com os sujeitos a conscientização, almejando mudanças que se efetivem em melhores pretensões para as classes menos favorecidas em relação às expectativas sociais.

[...] a apreensão do processo educativo está associado ao desenvolvimento da cultura política. Juntas, educadores e cultura política têm a finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para transformá-la (GOHN, 1999, p.55)

Todo esse processo é resultado de uma educação política, que permeia a vida das pessoas ao longo de sua formação. Essa formação se constitui em espaços distintos, porém determinantes para a atuação das pessoas na sociedade. Compreender esse processo é refletir sobre aspectos que possam contribuir na formação de uma consciência crítica, resultado de uma educação crítica e voltada à formação para cidadania.

Quando eu, sujeito ativo na sociedade, permito que o outro possa despertar para o conhecimento, reconhecendo-se como um sujeito potencial, que se permite começar a analisar a sociedade em seus processos cotidianos, os quais demonstram dia a dia suas ideologias<sup>5</sup>, é permitir que ele construa uma visão de mundo, sentindo-se capaz de transformar a sua história, entendendo a necessidade de se libertar por meio da educação.

Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido*, relata uma citação sobre um operário em um de seus muitos cursos realizados, na qual ele diz:

\_Talvez seja eu, entre os senhores, o único de origem operária. Não posso dizer que haja entendido todas as palavras que foram ditas aqui, mas uma nisso posso afirmar: cheguei a esse curso ingênuo e, ao descobrir-me ingênuo, comecei a tornar-me crítico (1987, p.23).

---

<sup>4</sup>**Política:** 1. Arte ou ciência de governar; 7. Habilidade no relacionar-se com os outros, tendo em vista a obtenção de resultados desejados (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa).

<sup>5</sup>**Ideologia:** 2. No marxismo, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista) / (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa).

Essa situação revela o como atuar no processo de ensino-aprendizagem, independentemente do ambiente, permite que o outro possa compreender, analisar, pensar, refletir, problematizar os processos que interferem em sua vida. Essa ação é determinante para as futuras transformações sociais, as quais são, do princípio ao fim, políticas entrelaçadas com a educação.

A relação entre educação e sujeito se constitui em diferentes espaços, nos quais o pedagogo deve atuar construindo processos de ensino-aprendizagem que possibilitem aos sujeitos compreenderem os processos sociais que os envolvem e que possam se perceber como sujeitos participativos na sociedade.

Pensar em educação, delimitando apenas o contexto escolar, seria uma espécie de exclusão, logo, a educação deve significar relevância para todos, portanto, ter um olhar abrangente sobre os problemas sociais e suas consequências é fundamental para o desenvolvimento social.

A educação é, sem dúvida, a possibilidade de construir com os sujeitos consciência dos problemas sociais que os envolvem, mas, para isso, as ações educativas devem ser pensadas e planejadas para atender as mais distintas necessidades da população.

Historicamente, os problemas enfrentados pelos sujeitos são de diferentes ordens, como: desqualificação profissional, desemprego, indivíduos que moram nas ruas encontrando-se em situação de vulnerabilidade e risco social, crianças que permanecem por problemas de saúde internadas em hospitais, sujeitos cumprindo pena. Assim, todas essas questões vivenciadas pela sociedade levam a pensar que a educação deve estar presente na vida dessas pessoas, construindo e resgatando a sua cidadania e as colocando como forma participativa dessa sociedade e jamais à margem dela. “Trabalhamos, portanto, com uma perspectiva que aborda a educação como promotora de mecanismos de inclusão social, que promove o acesso aos direitos de cidadania” (GOHN, 1999, p. 13).

O tema “educação” é polêmico, e busca ao longo da história valorizar os saberes, conhecimentos e habilidades adquiridas fora do ambiente escolar. Isso leva à afirmação de Brandão (2006):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender/ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para viver, todos os dias misturamos a vida com a educação (p.07).

Partindo dessa afirmação, constata-se que a educação ultrapassa o ambiente escolar, e não é limitada para se restringir ao objeto conceitual de ler, escrever e contar.

A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado (Ibid., p.13).

A afirmação do autor implica em dizer que o processo educacional ocorre no cotidiano das pessoas e nas relações humanas. Nesse sentido, pode-se pensar que educar é entender que os direitos humanos e de cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos sujeitos, seja na família, na escola, na igreja, no conjunto da sociedade.

Segundo Paulo Freire (1989), é necessário romper com a ideia de que somente na escola se estuda, afirmando que o saber existente fora do estabelecimento de educação formal seja inferior. É preciso enfatizar que a educação ocorre em diferentes espaços, e nem por isso deve ser considerada inferior à educação escolar.

Entende-se que o papel da educação, independentemente de onde ela aconteça, é construir em seus processos de ensino-aprendizagem uma qualidade educacional voltada a uma concepção crítica, que contribua com a formação para cidadania.

[...] É importante preparar o homem para isso por meio de uma educação autêntica: uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjogue. Isto obriga uma revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e dos métodos (FREIRE, 2005, p. 45)

Nesse sentido, percebe-se a importância de um compromisso com a formação dos sujeitos, entendendo que somente uma educação crítica poderá contribuir com a construção da emancipação das pessoas.

### 1.1 Educação Escolar

Segundo Althusser (1985), a escola é um aparelho ideológico do Estado, e, por isso, repassa, em programas educacionais, ideologias para as classes menos favorecidas ou oprimidas. É uma violência simbólica que proíbe os homens e mulheres de serem sujeitos de sua própria ação. É a violência ideológica que explora e mantém a sociedade. Essa condição sustentada por Althusser se refere ao cenário social da década de sessenta, contudo, hoje, podemos visualizar as mesmas formas de dominação e desigualdade.

Como se observou no decorrer dos estudos da referida formação, juntamente com as práticas de estágio, a escola tem se mostrado ideológica e continua sendo frequentada de maneira obrigatória, na qual o aluno deve aprender os conteúdos num determinado espaço e tempo, desconsiderando muitas vezes suas experiências com o meio social.

Isso leva a refletir sobre a urgência de se pensar e reformular as práticas educacionais escolares, as quais não respeitam os sujeitos e suas vivências culturais, determinando por meio desse comportamento o sentimento de não pertencimento do sujeito inserido naquele espaço de educação formal.

Os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem agem de modo autoritário, não contribuindo com a efetivação da democracia no estabelecimento, sendo na maioria das vezes reacionários.

Predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio (LUCKESI, 1991, p.57).

Fato bastante perceptível é a hierarquia presente nas instituições escolares, prática essa que acaba por afastar a comunidade e os estudantes.

Eles sentem-se inferiorizados, construindo sua vivência escolar pautada na obrigatoriedade.

A importância da escola na formação dos sujeitos na sociedade não pode ser negada, mas também não se pode negar que não basta somente estar na escola, é preciso aprender na escola. Para Gadotti (2005), “O direito a educação é, sobretudo, o direito de aprender. Não basta estar matriculado na escola. É preciso conseguir aprender na escola”.

Propiciar a escolarização não viabiliza que a educação aconteça em sua plenitude, pois a formação para a cidadania, que deveria começar a ser construída na escola, sendo parte constituinte da educação, nem sempre é caracterizada nas práticas escolares.

[...] se reprime o processo de educação para a cidadania que é inerente à luta e ao exercício da própria cidadania. É a estratégia da burguesia para seus trabalhadores: expandir a escolarização, reprimir a educação (ARROYO, 1989, p. 78).

Dessa maneira, percebe-se que a escola nem sempre significa educação, mas, sim requisito para instruir os futuros trabalhadores da sociedade. Portanto, a entrada e permanência durante alguns anos na escola pode apenas colaborar com a formação de mão-de-obra barata, atendendo aos interesses da burguesia.

Por outro lado, a necessidade de sobrevivência faz com que as pessoas, mesmo entendendo que a educação escolar não atende às suas reais necessidades, freqüentem-na, pois disso depende a sua inserção no mercado de trabalho.

Ao destacar apontamentos sobre a educação escolar, não se pretende negar a sua importância, mas, sim, refletir sobre a urgência de uma transformação nos sistemas escolares, repensando o real sentido da educação.

## 1.2 Educação não-escolar

A educação não-escolar é bastante ampla, contudo, inicialmente, é imprescindível conceituar e diferenciar: educação não-escolar, educação não-formal e educação informal, para então começar a compreender todo o processo que envolve a educação.

O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar (GOHN, 1999, p. 100).

Nesse contexto, pode-se começar a perceber diferenças que determinarão o ponto de partida de cada realidade educacional, direcionando caminhos a serem trilhados. Assim, entende-se primeiramente ser fundamental compreender suas diferenças. Ficando evidente que “Na educação não-formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos coletivos” (GOHN, 1999, p. 2010).

Já a educação não-escolar é caracterizada por alguns autores como sendo o mesmo que educação não-formal, tendo o seguinte objetivo:

Além de escolher seus temas, a liberdade da educação não-formal ou não-escolar se caracteriza também por poder escolher aqueles apoios que julgam necessários a sua atividade educativa, por definir a natureza das mensagens (que podem se valer de conhecimentos científicos, mas podem também criticar a ciência) e por determinar quais as suas intenções no ato de educar. Ela pode informar, provocar emoções, fazer os educandos sonharem ou levá-los a criar algo novo em qualquer campo das ciências, das artes ou do domínio do corpo, ou da política (SIMSON, *et al* 2001, p. 62).

O trabalho realizado na educação não-escolar deve considerar, em primeiro plano, os desejos da comunidade com a qual se pretende trabalhar, levando em consideração seus anseios. Identificando seus desejos e necessidades, valorizando o universo cultural dos educandos.

A educação ganha destaque, não tanto por seus aspectos na área de ensino formal, mas pelos aspectos não formais, do aprendizado gerado pela experiência cotidiana. Os indivíduos escolhem, optam, posicionam-se, recusam-se, resistem ou alavancam e impulsionam, as ações sociais em que estão envolvidos, segundo a cultura que herdaram do passado e na qual estão envolvidos no presente (GOHN, 1999, p. 54).

Partindo desse pressuposto, a educação não-escolar deve propiciar uma formação dialógica, na qual os envolvidos construam naquele ambiente

educativo o sentimento de pertencimento, envolvendo-se no processo educacional e sendo valorizado por ele.

A ideia não é referenciar um modelo de educação como sendo melhor que outro, mas tentar, mediante de práticas dialógicas e democráticas, identificar e diagnosticar práticas pedagógicas vinculadas à emancipação dos sujeitos e a partir dessas, outros setores educacionais podem ser convidados a rever suas práticas e possibilidades de transformação, que edifiquem a relação ensino-aprendizagem e sociedade.

Quando se refere à educação não-escolar, deve-se ter um olhar atento e bastante crítico, pois não é somente o sistema de ensino formal que apresenta falhas. O não-escolar pode também, como o formal, não contribuir com uma formação emancipatória, servindo apenas como assistencialista e não transformadora.

As instituições de caráter reformador seguem a orientação da “carência cultural” e das posturas assistencialistas, ao passo que as de caráter transformador seguem a orientação calcada na valorização e ressignificação das práticas culturais em seus devidos contextos (SIMSON, 2001 p. 22).

Diante desse contexto, nota-se a interferência que uma concepção de educação pode resultar na formação de um sujeito, e como a falta de um entendimento voltado à libertação do sujeito pode apenas cooperar com a reprodução de práticas excludentes.

## **2. A PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

Sendo a Pedagogia uma ciência da educação, ela tem por objetivo investigar de forma sistemática, analisando os processos que interferem na aprendizagem, caracterizando a sua intencionalidade e finalidade. Percebe-se, portanto, que ela não é neutra e expressará, por meio de suas práticas, qual o tipo de homem irá formar.

[...] chamando a atenção para o fato de o campo da educação não-escolar ser hoje disputado por diferentes racionalidades políticas e pedagógicas, exigindo por isso, dos educadores e investigadores socialmente comprometidos, uma vigilância epistemológica redobrada, para que aqueles que a esse campo referenciam as suas práticas e reflexões possam ajudar a constituí-lo como lugar de referência de uma educação crítica e emancipatória, tão importante, urgente e necessária como a melhor educação escolar (AFONSO, 2001 p. 35).

Nesse sentido, é necessário proporcionar uma formação adequada ao Pedagogo, a qual possa contribuir para concepção de uma educação libertadora e consciente, independentemente do ambiente educacional. Construindo uma relação que sustente a condição de formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes dos processos que envolvem a sociedade.

A reflexão deve ser uma prática permanente na vida de um Pedagogo, pois esse comportamento sustentará uma ação mais elaborada e comprometida com uma atuação vinculada a transformação social. Partindo desse pressuposto, o Pedagogo terá uma visão abrangente sobre a construção histórica da sociedade e a necessidade de mudanças.

Diante de uma sociedade constituída em bases de interesses de uma elite, a qual condiciona as classes menos favorecidas à opressão e manipulação, a atuação do Pedagogo, em distintos espaços, pode contribuir com a construção de uma consciência crítica por parte dos sujeitos.

A auto-reflexão crítica para os frankfurtianos representa um elemento fundamental na luta pela emancipação. Por ela, os dominados podem ser esclarecidos a respeito de sua situação enquanto classe, no contexto de exploração e subordinação capitalista (PUCCI, 1994, p.48).

A sociedade enfrenta historicamente uma crise social, na qual as desigualdades colaboram para efetivação de sucessivos problemas, levando a pensar que a educação deve significar possibilidade de transformação para a sociedade. Para isso, é essencial que a sociedade como um todo perceba a possibilidade de um trabalho pedagógico comprometido com a transformação social, que colabore com o desenvolvimento da sociedade.

Diante dessa perspectiva, o Pedagogo, que inicialmente realizava um trabalho determinado por um currículo estreito, hoje, com as novas demandas sociais e a ampliação de seu trabalho, demonstra a necessidade de um trabalho que enfatize, dentro das novas possibilidades da sociedade, uma concepção e práxis crítica. A dimensão a seguir é assim enfatizada:

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária, trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo, identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face das realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares; realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas (CERONI, 2011 ap.).

O Pedagogo em seu trabalho envolvendo a educação e seus processos de ensino-aprendizagem deve estabelecer uma atuação direcionada a um compromisso ético e político, voltado à emancipação dos sujeitos, compreendendo que, independentemente do espaço no qual trabalhará, sua conduta poderá ser o diferencial para uma formação atrelada a transformações sociais. Diante de sua prática no processo de ensino-aprendizagem, deve rever conceitos, analisar quais objetivos pretende conquistar mediante de suas práticas, e, principalmente, que “Ser Humano” pretende formar. Para isso, é necessário mais do que apenas “fazer”, sendo fundamental “pensar” no que fazer e “para que” fazer.

A revisão da literatura, pertinente a esse tema, revelou que o Pedagogo pode contribuir com novas formas de entender e fazer a educação, assumindo um papel transformador. Não se tem por objetivo destacar cada área de atuação do Pedagogo, mas, sim, destacar a importância de uma atuação fundamentada em uma concepção crítica, que colabore na formação de sujeitos conscientes, autônomos, críticos, enfim, participativos na sociedade.

Sendo assim, o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade. Em todo lugar onde houver uma prática educativa com

caráter de intencionalidade, há aí uma Pedagogia (LIBÂNEO, 2010, p. 51).

No entanto, esse processo envolve a necessidade de um profissional comprometido com a construção de uma educação voltada à formação para cidadania. Tal profissional precisa ter uma visão abrangente sobre a formação histórica da sociedade, suas causas e consequências, analisando o contexto social. Assumindo, assim, a responsabilidade de realizar um trabalho que de fato valorize cada cultura<sup>6</sup> e promova uma educação crítica e transformadora. “O novo intelectual, assessor/mediador deveria ouvir o povo e sistematizar seu conhecimento. Ele deveria educar a sensibilidade deste povo” (GOHN, 1999, p. 43).

Nesse contexto, o Pedagogo deve atuar construindo, com os sujeitos, processos de ensino-aprendizagem que colaborem com uma formação mais consciente, objetivando a construção da valorização da cultura, a conquista da dignidade e da cidadania, conduzindo a educação a incluir todos e todas, em seus mais variados processos e demandas sociais.

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana difundidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 2010, p. 52).

### 3. PESQUISA DE CAMPO: A POSSIBILIDADE DE AÇÃO EDUCATIVA FORA DO ESPAÇO ESCOLAR

A pesquisa de campo se concretizou no Movimento Social “Rede de Mulheres Negras - PR”, por meio de entrevista não estruturada e observação

---

<sup>6</sup>**Cultura** : Freire adota o conceito antropológico de cultura, enfatizando a relação do homem com o mundo (cultura não é uma coisa, mas uma relação) isto é, a criação grupal de objetos, comportamentos, instrumentos, rituais, linguagens e instituições. Enfim, é a transformação através do trabalho, da matéria ou da natureza em geral. A cultura é em parte conservada, transformada e transmitida de geração em geração (BONIN, 1999, p. 113).

participativa, servindo de instrumento de coleta de informações, estabelecendo uma proposta reflexiva entre teoria e prática na educação não-escolar.

De acordo com os documentos do Movimento Social, o objetivo da Rede de Mulheres Negras – PR é combater o preconceito racial e a discriminação vivenciada historicamente pelas mulheres negras, reivindicando políticas públicas que colaborem com a construção da igualdade racial e social. Para tanto, a Rede promove projetos de intervenção comunitária, que deveriam ter como intenção a articulação e formação política coletiva.

Neste Projeto inserido no Movimento Social, trabalham como voluntárias uma Psicóloga e uma Designer de Moda. Os encontros ocorreram em um espaço alugado e com uma estrutura física limitada. As mulheres envolvidas no projeto são da própria comunidade, reunindo-se naquele espaço para discutir e trocar informações, sobre os mais diferentes assuntos advindos do objetivo maior do projeto. Nesse processo, elas ensinam e também aprendem, sendo esse um trabalho coletivo, que visa proporcionar e valorizar conhecimentos prévios, a cultura local e habilidades diferenciadas. Confeccionam materiais e realizam Bazar, proporcionando uma valorização profissional, a qual lhes possibilita uma geração de renda.

Nesse contexto, pudemos perceber a dificuldade em propiciar momentos de reflexão que conduzam os sujeitos à formação da consciência sobre os objetivos da Rede. Essa prática de ensino-aprendizagem encontra barreiras, entre elas, a acomodação dos atores sociais. Nesse processo, pudemos constatar a ausência do Pedagogo, dificultando, assim, a elaboração de propostas de ensino-aprendizagem. Ou seja, há um espaço de educação não-formal, porém não diretiva de forma a chegar, por vezes, ao objetivo-fim do projeto. O Pedagogo conhecedor de práticas educativas poderia/deveria participar desse processo, construindo formas de ensino-aprendizagem direcionadas à construção da formação dos sujeitos para cidadania, colaborando com a formação de sujeitos críticos e conscientes, refletindo em transformações sociais.

É importante destacar que o Estado participa dessa ação exercendo o papel de colaborador, ou seja, financia uma parcela irrisória na promoção de eventos do Movimento Social.

Ou seja, as políticas sociais perdem o caráter universalizante e passam a ser formuladas de forma particularista, visando clientelas específicas, e neste processo tanto podem contemplar os interesses das minorias demandatárias como vir a ser segregativas/excludentes. Tudo depende da correlação de forças políticas ao redor daqueles que coordenam tais políticas e do aproveitamento dos atores sociais envolvidos no processo de gestão, da estrutura de oportunidades políticas que a conjuntura mais ampla do país desenha (GOHN, 1999, p.12).

Partindo desse pressuposto, a parceria com o Governo pode colocar em questionamento as intenções com relação ao Movimento Social, refletindo na urgência de uma concepção crítica dessa estrutura, a qual se consolida como ação para combater a desigualdade racial e social, contudo, necessitando que os sujeitos que coordenam tais projetos atuem visando referenciá-los como um espaço de construção de uma educação crítica.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está em crescente transformação e a educação como parte integrante desse processo não está estagnada, necessitando de profissionais dispostos a rever suas práticas e se auto-avaliar, permitindo que mudanças possam acontecer.

As leituras nos fizeram analisar a desigualdade existente na sociedade. Desigualdade que, infelizmente, continua a excluir as pessoas, impedindo que exerçam sua cidadania e sejam sujeitos de sua ação.

Pensando os problemas sociais da sociedade e analisando a necessidade de mudança, a educação deve contribuir com a emancipação dos sujeitos. Assim, independentemente de acontecer no âmbito escolar ou não-escolar, ela deve proporcionar transformação, inserindo os sujeitos à conquista de sua cidadania.

Por meio da pesquisa de campo, pôde-se constatar a ausência do Pedagogo na educação não-escolar, fato esse que vem colaborando para que as práticas vivenciadas pelos sujeitos tenham um caráter mais recreativo do que reflexivo. Foi possível perceber algumas características da educação não

escolar, tais como: não obrigatoriedade, flexibilidade, sentimento de pertencimento, valorização do conhecimento prévio. Contudo, não se observou uma abordagem educativa direcionada a uma formação crítica.

Nesse sentido, ressalta-se a importância e necessidade do Pedagogo na educação não-escolar, devendo ele atuar refletindo sobre as suas ações, objetivando estratégias viáveis para o enriquecimento do ensino-aprendizagem. Compreende-se que, independentemente do ambiente no qual o profissional venha a trabalhar, precisará ser competente, porém jamais se exonerando de seu compromisso com a formação de sujeitos conscientes e críticos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFONSO, Almerindo Janela. **Os Lugares da Educação**. In: SIMSON, Olga Rodrigues Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.). Educação não-formal: cenários da criação. Campinas, SP: Unicamp/Centro de Memória, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARROYO, Miguel. **“O Direito do Trabalhador à Educação”** IN: GOMES, C:M, etal: Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, PP.75-91.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. **Educação, Consciência e Cidadania**. In: SILVEIRA, Andréa, GEWEHR; Catarina, BULGACOV, Yara; (Orgs). Cidadania e Participação Social. Editora ABRAPSO SUL, 1999.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos).

CERONI, Mary Rosane. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não-escolares**. Anais 1 Congresso Internacional Pedagogia Social – Março 2006. [www.proceedings.acielo.br](http://www.proceedings.acielo.br).

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3ª Ed. São Paulo: Centauro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da Educação Formal/ Não-Formal**. [www.paulo.freire.org/pub/Institu/Substitucional203023491lt003PS02/Educação](http://www.paulo.freire.org/pub/Institu/Substitucional203023491lt003PS02/Educação), 2005. pdf.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1991. Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor.

PUCCI, Bruno. **Teoria Crítica e Educação**. In: ZUIN, Antonio Álvaro Soares; COSTA, Belarmino César Guimarães; PRESTES, Nadja Hermann; (Orgs). **Teoria Crítica e Educação: A Questão da Formação Cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1994.

SIMSON, Olga Rodrigues Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas, SP: Unicamp/ Centro de Memória, 2001.